



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

SAMARA BARBOSA SOARES

**CURRÍCULO E EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DAS
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DO ESTÁGIO CURRICULAR**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2025

Samara Barbosa Soares

Currículo e educação infantil: reflexões a partir das políticas educacionais e do estágio curricular

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema, para obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Dra. Ana Corina Machado Spada

Miracema do Tocantins, TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S676c Soares, Samara Barbosa.
 Curículo e educação infantil: reflexões a partir das políticas educacionais e do estágio curricular. / Samara Barbosa Soares. – Miracema, TO, 2025.
 24 f.
- Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2025.
 Orientador: Dra. Ana Corina Machado Spada
1. Docência. 2. Educação infantil. 3. Estágio curricular. 4. Formação do pedagogo. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SAMARA BARBOSA SOARES

CURRÍCULO E EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DAS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS E DO ESTÁGIO CURRICULAR

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, Curso de Pedagogia, foi avaliado para a obtenção do título de Pedagoga e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 07 / 07 / 2025

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ana Corina Machado Spada, Orientadora - UFT

Profa. Dra. Katya Lacerda Fernandes, Avaliadora - UFT

Profa. Pós-doutora Sabrina Plá Sandini, Avaliadora - UFT

Dedico esta pesquisa aos pedagogos que atuam
na Educação Infantil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente ao meu Deus, por conceder-me a oportunidade de desfrutar mais um momento de alegria, vivenciando tudo aquilo que Ele me prometeu.

Expresso minha gratidão aos meus pais, Maria Barbosa Ribeiro Soares e Manoel Nunes Soares, estendendo meus agradecimentos a toda minha família pelo apoio constante em todos os momentos, desde minha entrada na Universidade Federal do Tocantins, até a conclusão do curso de Pedagogia.

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Corina Machado Spada, agradeço por me acolher nos momentos mais desafiadores, por indicar o caminho e caminhar ao meu lado até a conclusão deste trabalho.

Às docentes Doutora Katya Lacerda Fernandes e Pós-doutora Sabrina Plá Sandini, pela leitura do texto e contribuições para sua melhoria.

Não posso deixar de expressar minha gratidão às minhas amigas, Maria Júlia Pires Casagrande e Ana Lúcia Souza, por nunca permitirem que eu desistisse do curso. Ambas foram meu apoio constante, incentivando-me, dando força e ânimo.

Estendo minha gratidão a todos os servidores da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, especialmente aos professores que contribuíram significativamente para a minha formação.

Eterna gratidão ao leitor que acessa esta produção. Que as informações aqui contidas possam auxiliar o trabalho docente, contribuindo com a melhoria da educação pública.

RESUMO

Este texto é fruto dos estudos realizados ao longo da graduação em Pedagogia e considera principalmente a formação nas disciplinas de Estágio da Educação Infantil 1 e 2, nas quais pudemos aprofundar leituras e reflexões a respeito das políticas curriculares direcionadas a esse segmento de ensino, além de refletir a respeito da relação existente entre as concepções docentes e o planejamento de atividades, materiais e rotinas desenvolvidos com crianças de zero a três anos. Para orientar o estudo foi elaborado o seguinte problema de pesquisa: quais concepções de criança, educação infantil e currículo norteiam as rotinas na creche? O objetivo central baseia-se em discutir as práticas pedagógicas voltadas ao trabalho com crianças entre zero e três anos, tendo como referência as orientações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (BRASIL, 2017) e no Documento Curricular do Tocantins (TOCANTINS, 2019). A pesquisa foi estruturada por meio de análise documental e também em um estudo de caso, tendo como técnicas de coleta de dados a observação participante e o registro das informações em um diário de campo de estágio. Os resultados apontaram que apesar das conquistas alcançadas por meio da legislação educacional no que se refere a garantia de direitos, e a orientação do planejamento e práticas educacionais, muito ainda precisa ser feito para que o cotidiano institucional esteja de fato alinhado às normativas que direcionam o trabalho pedagógico em creches.

Palavras-chave: Docência. Educação Infantil. Estágio Curricular. Formação do Pedagogo.

ABSTRACT

This text is the result of studies carried out during the undergraduate course in Pedagogy and mainly considers the training in the disciplines of Internship in Early Childhood Education 1 and 2, in which we were able to deepen readings and reflections on the curricular policies directed at this segment of education, in addition to reflecting on the relationship between teaching concepts and the planning of activities, materials and routines developed with children from zero to three years old. To guide the study, the following research problem was elaborated: what concepts of children, early childhood education and curriculum guide the routines in daycare? The main objective is to discuss pedagogical practices aimed at working with children between zero and three years old, taking as reference the guidelines present in the National Curricular Guidelines for Early Childhood Education (BRASIL, 2009), in the National Common Curricular Base for Early Childhood Education (BRASIL, 2017) and in the Tocantins Curricular Document (TOCANTINS, 2019). The research was structured through documentary analysis and also in a case study, using participant observation and recording of information in an internship field diary as data collection techniques. The results showed that despite the achievements made through educational legislation regarding the guarantee of rights and the guidance of educational planning and practices, much still needs to be done so that institutional daily life is in fact aligned with the regulations that guide pedagogical work in daycare centers.

Keywords: Teaching. Early Childhood Education. Curricular Internship. Teacher Training.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
DCT	Documento Curricular do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	REVISÃO DE LITERATURA	11
2.1	Concepções de criança, educação infantil e currículo presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.....	12
2.2	Concepções de criança, educação infantil e currículo presentes na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil.....	14
2.3	Concepções de criança, educação infantil e currículo presentes no Documento Curricular do Tocantins para a Educação Infantil.....	15
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
4	RESULTADOS E ANÁLISE	19
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
	REFERÊNCIAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi pensada ao longo das experiências de estágio curricular desenvolvidas nas disciplinas de Estágio da Educação Infantil 1 e 2. O acompanhamento da atuação profissional docente em creches com crianças de até três anos e onze meses de idade favoreceu reflexões sobre as práticas educativas e organização do trabalho pedagógico.

Com base em análise documental e também nas reflexões e problematizações anotadas em um diário de campo de estágio foi levantado o seguinte problema de pesquisa: quais concepções de criança, educação infantil e currículo norteiam as rotinas na creche?

Para orientar o levantamento proposto pela problemática da pesquisa tomamos como referência as definições presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2009), na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) e também no Documento Curricular do Tocantins direcionado à Educação Infantil (TOCANTINS, 2019).

A relevância da abordagem do tema decorre do fato de que durante o estágio foram observados alguns procedimentos que se contrapõem às concepções de pesquisas e também dos dispositivos legais que delineiam o trabalho junto à primeira etapa da Educação Básica. De acordo com Kramer (2009) apesar das conquistas no âmbito das políticas educacionais, que garantem os direitos de acesso e gratuidade para a educação infantil, ainda há muito a ser feito em relação à formação docente, principalmente devido a necessidade de transformação de concepções e práticas pedagógicas, ora ligadas à centralidade do cuidado, ora voltadas à antecipação da alfabetização.

Visando contribuir com debates nesse campo de estudo, foi delimitado como objetivo primário da pesquisa discutir as práticas pedagógicas voltadas ao trabalho com crianças entre zero e três anos, tendo como referência as orientações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (BRASIL, 2017) e no Documento Curricular do Tocantins (TOCANTINS, 2019).

Os objetivos específicos voltam-se a apontar o que dizem as normativas educacionais sobre as concepções de criança, educação infantil e currículo em creches; refletir a respeito das concepções que orientam as práticas pedagógicas de professoras de creches municipais de Miracema do Tocantins tomando como referência a experiência de estágio curricular.

A realização do estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, recorrendo a análise documental e bibliográfica, para discutir as concepções que orientam o planejamento

do trabalho pedagógico e as práticas educativas desenvolvidas com crianças de até três anos e onze meses de idade matriculadas em creches. Para a realização do estudo aqui explicitado foram delimitadas categorias analíticas que orientam o olhar do pesquisador e auxiliam na compreensão das dinâmicas presentes no cotidiano educacional, sendo elas: criança, educação infantil e currículo.

Atendendo aos pressupostos de Severino (2014) consideramos que os principais documentos que norteiam o currículo e o trabalho pedagógico na educação infantil – tanto no âmbito federal, quanto no contexto do estado de Tocantins, podem contribuir com a melhoria das concepções e práticas educativas de docentes que atuam na educação infantil ao realizarmos um tratamento analítico do material, considerando categorias chaves para a abordagem da temática.

Para podermos atender aos objetivos de pesquisa organizamos a composição deste estudo em dois tópicos, sendo o primeiro intitulado concepções de criança, educação infantil e currículo, tomando como referência as normativas educacionais. Nele realizamos o levantamento das concepções presentes em documentos norteadores do currículo para a educação infantil e buscamos discutir a relação de pertinência entre o disposto na legislação e o vivido no cotidiano institucional.

O segundo tópico apresentado, formação docente para a educação infantil: caminhos para a melhoria de concepções e práticas pedagógicas, considera dados coletados em leituras, análises documentais e vivências no âmbito do estágio curricular para discutir informações coletadas por meio do estágio curricular e apontar caminhos para o aperfeiçoamento do profissional docente.

Apresentamos como resultados e análise nossas considerações a respeito das concepções que orientaram a inserção no campo de estágio e as maneiras utilizadas ao longo da trajetória para aproximar formação técnica e prática profissional docente.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A trajetória histórica da educação infantil no Brasil, especialmente no que se refere ao atendimento de crianças entre zero e três anos de idade, foi fundamentada na ausência de uma proposta baseada na formação educacional que considerasse o planejamento pedagógico de rotinas e atividades, realizada em instituições criadas e mantidas pelo poder público, com diretrizes curriculares definidas e previsão de recursos financeiros para a criação e manutenção de escolas oficiais (FREITAS, 2009).

Ao longo da história, a contraposição entre a demanda pelo atendimento infantil e o compromisso do poder público em oferta-lo, favoreceu a prática social baseada no atendimento a crianças em espaços domésticos, organizados por iniciativa privada, por associações de moradores, ou mesmo por instituições religiosas (SPADA, 2005). Tais práticas se intensificaram com a expansão do capitalismo industrial e a absorção de mão de obra feminina como força de trabalho.

Dessa forma, atendimento institucional direcionado às crianças que ainda não estavam em fase de alfabetização ficou centrado na guarda e no cuidado físico durante o período em que suas mães se dedicavam ao exercício de atividades laborais. Essa trajetória foi marcada pelo abrigo, cuidado físico, ou seja, uma abordagem assistencialista. Não havia um trabalho prestado por profissionais com formação em magistério que permitissem o planejamento e a oferta de propostas institucionais que considerassem a dimensão pedagógica.

A situação descrita exerceu impacto duradouro sobre as concepções e práticas direcionadas ao atendimento institucional da criança de até seis anos de idade, sendo que, nos dias atuais, a perspectiva da prática assistencial ainda não foi completamente superada.

Além disso, precisamos considerar que a regulamentação da educação infantil como uma etapa da Educação Básica, com responsabilização do Estado brasileiro pela construção e manutenção de instituições ocorreu somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, representando a retomada da democracia no país após vinte e um anos de ditadura militar.

Na esfera educacional, a primeira legislação pós ditadura a reconhecer e regulamentar a educação infantil foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 1996. As datas nos indicam que do ponto de vista histórico e também social essas conquistas no âmbito legal são recentes. Por outro lado, a legislação, para que tenha seu papel cumprido, precisa ser implementada nos espaços institucionais e isso demanda tempo, bem como a

realização de formação permanente dos profissionais docentes, além de acompanhamento das práticas pedagógicas cotidianas.

Com base nas observações, vivências e registros realizados ao longo de nossas incursões nas escolas campo de estágio pudemos constatar que há uma dissonância entre as concepções que orientam o trabalho pedagógico realizado na creche e o que está estabelecido por documentos que orientam o currículo para a educação infantil.

Assim, optamos por desenvolver neste tópico uma análise dos principais documentos que orientam o currículo para a educação infantil, realizando uma análise do que cada um deles estabelece como concepções de criança, de educação infantil e de trabalho pedagógico. Acreditamos que após a análise documental será mais produtivo estabelecer um contraponto desses conceitos com as situações observadas ao longo dos estágios em educação infantil e registradas em diário de campo de estágio.

Para fins de sistematização, iniciaremos o processo com a análise das DCNEI (BRASIL, 2009), em seguida analisaremos o que diz a BNCC (BRASIL, 2017) direcionada à educação infantil e, por fim, apresentaremos as concepções presentes no DCT (TOCANTINS, 2019) acerca das categorias delimitadas para melhor compreensão do trabalho pedagógico a ser desenvolvido na educação infantil.

2.1 Concepções de criança, educação infantil e currículo presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

Na legislação brasileira existem diversas normativas que regulamentam a Educação Infantil, entre elas tem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) que são orientações aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), homologadas através da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Estas orientações servem para o sistema educacional organizar os objetivos e práticas pedagógicas dentro das fases da Educação Infantil, creche e pré-escola, visto que este documento regulamenta esta etapa da Educação Básica.

As crianças que serão atendidas em creches e pré-escolas estão na faixa etária de 0 a 5 anos e onze meses de idade e para orientar a estruturação curricular as DCNEI (BRASIL, 2009) destacam a importância da oferta de educação de qualidade e o respeito à infância.

[...] deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2009, p. 1).

Para a definição de criança, o documento utiliza princípios da psicologia histórico-cultural, fundamentada nas ideias de Vygotsky(1999). A criança deve ser vista como um sujeito historicamente construído,

Art. 4º [...] é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p. 1).

E também vemos nas DCNEI que as crianças devem ter seus direitos respeitados:

Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2009, p. 2).

Destacando o respeito a sua individualidade, cultura e diversidade, que devem ser trabalhados no currículo de acordo com o contexto em que a criança está inserida. A experiência educativa deve ser composta por práticas que articulam experiências, conhecimentos e saberes das crianças, de acordo com o contexto histórico e social em que vivem.

Ademais, as instituições escolares devem compor suas propostas pedagógicas observando as diversidades culturais e étnico-raciais presentes na região em que se insere, trazendo esses saberes e modos de vida para o cotidiano escolar e promovendo o diálogo com famílias e comunidade.

No que se refere aos povos originários, o documento aponta que:

§ 2º Garantida a autonomia dos povos indígenas na escolha dos modos de educação de suas crianças de 0 a 5 anos de idade, as propostas pedagógicas para os povos que optarem pela Educação Infantil devem:

- I - proporcionar uma relação viva com os conhecimentos, crenças, valores, concepções de mundo e as memórias de seu povo;
- II - reafirmar a identidade étnica e a língua materna como elementos de constituição das crianças;
- III - dar continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas sócio-culturais de educação e cuidado coletivos da comunidade;
- IV - adequar calendário, agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de modo a atender as demandas de cada povo indígena. (BRASIL, 2009, p. 3).

As comunidades ligadas ao campo, atividades rurais e similares, se reserva:

§ 3º - As propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem:

- I - reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;
- II - ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;

- III - flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;
- IV - valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;
- V - prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade (BRASIL, 2009, p. 3).

A proposta curricular das escolas que estejam em consonância com as DCNEI (BRASIL, 2009) precisam considerar o desenvolvimento das crianças, onde o brincar e a interação social são vistos como eixos norteadores ligados à aprendizagem. Logo, as DCNEI reforçam a importância considerar esses dois elementos para desenvolver propostas curriculares, observando ainda as características da instituição escolar, o meio em que se insere, sua identidade institucional, as escolhas coletivas e particularidades no âmbito pedagógico.

Fala-se muito da criação de contextos de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento infantil em diferentes aspectos, dialogando com as heranças culturais do lugar, bem como com as diversidades presentes nesses cenários.

Para uma proposta curricular que estejam alinhadas a garantia dos direitos das crianças e promovam o desenvolvimento das mesmas a DCNEI destaca alguns princípios: éticos, políticos e estéticos: valorizam a dignidade humana, a igualdade de direitos, a diversidade, a responsabilidade, a liberdade, a solidariedade e o respeito ao bem comum.

Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

- I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2009, p. 2).

No sentido do desenvolvimento integral da criança as propostas pedagógicas para creches e pré-escolas devem considerar o cuidar e educar, pois são ações indissociáveis do trabalho pedagógico na Educação Infantil.

2.2 Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil e suas concepções sobre criança, educação infantil e currículo

A BNCC voltada a Educação Infantil é um documento que define e delimita os conhecimentos e experiências considerados fundamentais e que devem fazer parte das experiências infantis no cotidiano de creches e pré-escolas. Apresenta como princípio norteador assegurar que as crianças que frequentam instituições de Educação Infantil tenham acesso a um

conjunto de aprendizagens e vivências que favoreçam seu desenvolvimento integral, respeitando as características de sua faixa etária.

Os pilares fundantes desse documento deriva das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) e a ela se articula, observando a ideia de que a criança é um sujeito histórico e de direitos, que deve ter seu modo de vida respeitado e que precisa encontrar no ambiente escolar um espaço favorável a consolidação de diferentes aprendizagens.

A concepção de criança presente na BNCC direcionada à Educação Infantil define os pequenos como sujeitos históricos e de direitos, que fazem parte da sociedade produzindo cultura. Por isso, as crianças devem ter seus direitos essenciais garantidos, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

A criança não é tratada por esse documento como um ser passivo, que recebe os conhecimentos disseminados pelo professor. Ao contrário, a criança é o centro do processo educacional, um protagonista na construção de suas aprendizagens, que elabora hipóteses, questiona e atribui significado às suas experiências.

Este documento estabelece a Educação Infantil como primeira etapa da E.B., com características específicas, cuja responsabilidade reside na organização de currículo que assegurem às crianças seus direitos fundamentais (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se); promove as experiências formativas articuladas em torno dos eixos centrais: interações e brincadeiras; estrutura as vivências de modo a contextualizar e articular os saberes e conhecimentos das crianças, respeitando-as como sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.

2.3 Concepções de criança, educação infantil e currículo presentes no Documento curricular do Tocantins

O Documento Curricular do Tocantins (DCT) é um documento aprovado e homologado pelo Conselho Estadual de Educação desta unidade federativa no ano de 2019. Sua composição contou com a participação do Estado e de 139 municípios tocaninenses e seu intuito é atuar como referencial para orientar e normatizar a organização do trabalho pedagógico e o currículo das instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas), tanto em instituições vinculadas à rede pública quanto aquelas pertencentes a rede privada de educação.

Em consonância com as DCNEI (BRASIL, 2009) e com a BNCC (BRASIL, 2017), o documento tem como foco promover o desenvolvimento integral das crianças, considerando aspectos físicos, afetivos, psicológicos, intelectuais e sociais. Além disso, orientam os

profissionais que atuam no segmento a observar e promover experiências cotidianas voltadas aos direitos de aprendizagem e de desenvolvimento para crianças entre zero e cinco anos e onze meses de idade (TOCANTINS, 2019).

É um documento alinhado à BNCC (BRASIL, 2017) que reafirma a compreensão da criança como um sujeito histórico e de direitos, destaca a premissa da garantia da efetivação dos direitos de aprendizagem e oferece orientações detalhadas acerca de como deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico em creches e pré-escolas. Ademais, destaca a necessidade do respeito e promoção de experiências formativas que reconheçam as diversidades culturais e étnico-raciais presentes no estado do Tocantins, bem como a promoção de um trabalho pedagógico voltado a preservação e valorização da cultura tocantinense.

No que se refere à compreensão do conceito de criança, o documento segue a perspectiva federal de valorização e reconhecimento de seu pertencimento a sociedade brasileira.

Compreender a criança como sujeito histórico permite que ela seja participante na construção da sua própria vida, e da vida daqueles que fazem parte do seu cotidiano. A criança enquanto sujeito social aprende e se desenvolve por meio das interações e brincadeiras, e consegue estabelecer relações com os pares demonstrando suas ideias, desejos e capacidades de criar e decidir (TOCANTINS, 2019, p. 20).

A Educação Infantil tem o dever de compreender a criança como sujeito histórico, assim como tem o compromisso de auxiliar no processo de aprendizagem desses sujeitos, ela deve ter como base a interação e a brincadeira para o desenvolvimento integral das crianças.

A BNCC (BRASIL, 2018, p. 36) apresenta para a etapa da Educação Infantil seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: “conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se”. E, estrutura cinco campos de experiências para a organização curricular: “O eu, o outro e o nós”; “Corpo, gestos e movimentos”; “Escuta, fala, pensamento e imaginação”; “Traços, sons, cores e imagens”; e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” (p. 38-41). Para cada um dos campos de experiências explicitados, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento devem ser garantidos considerando três grupos etários: bebês (0-18 meses), crianças bem pequenas (19 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses) (TOCANTINS, 2019, p. 19).

Além de retratar a faixa etária e a organização curricular da Educação Infantil, o Documento traz a identidade da mesma, deixando em evidência a indissociabilidade do cuidado e da educação no atendimento às crianças pequenas. Além de expressar a necessidade de profissionais capacitados para lecionar na Educação Infantil. Nessa direção:

A junção das duas modalidades de atendimento, compreendidas hoje como Educação Infantil, representa o reconhecimento do direito da criança pequena de ser cuidada e educada em instituições coletivas de Educação Infantil e, também, de ser atendida por profissionais com formação específica para o trabalho com essa faixa etária (TOCANTINS, 2019, p. 18).

Enfatiza a importância da Educação Infantil em oportunizar diferentes experiências a serem vividas pelas crianças no que se refere a criação de oportunidades e contextos de experiências nos quais elas possam selecionar as brincadeiras das quais desejam participar, bem como jogos, músicas, materiais a serem utilizados, etc. O princípio que orienta essa perspectiva é pautado na compreensão de que essas experiências favorecem o contato com múltiplas linguagens, impactando significativamente as aprendizagens das crianças. Assim:

As unidades de Educação Infantil devem oferecer às crianças, que são o centro do processo educativo, oportunidades para que elas tenham experiências com múltiplas possibilidades de expressão, com as interações e as brincadeiras como eixos para o trabalho pedagógico (TOCANTINS, 2019, p. 19).

Ainda nele a criança é vista como protagonista e autônoma, ou seja, um sujeito ativo, com capacidade de explorar, fazer descobertas, fazer hipóteses, imaginar e aprender com estas experiências, como construtora do seu próprio desenvolvimento.

As experiências vividas pelas crianças são elementos importantes a serem observados e ressignificados pelos educadores, para que pensem na construção do conhecimento a partir das vivências que elas já possuem. [...] é necessário considerar que suas diferenças individuais, econômicas, sociais, culturais, étnicas, religiosas, entre outras, sem discriminação de espécie alguma, das crianças, das suas famílias, dos seus saberes, dos seus contextos, qualificam a compreensão desses sujeitos e das práticas pedagógicas dos professores (TOCANTINS, 2019, p. 20).

A todo momento o DCT (TOCANTINS, 2019) expõe a importância de respeitar as diferenças vividas pelos estudantes, visto que, o estado do Tocantins tem uma grande diversidade de povos, composto por diferentes etnias indígenas, povos quilombolas, comunidades rurais, extrativistas e ribeirinhas.

Nesse documento está expresso o compromisso de contemplar e respeitar a diversidade cultural brasileira, incluindo propostas de trabalho para crianças indígenas, quilombolas, moradores de áreas rurais e ribeirinhas. Também é explicitada a importância da inclusão de crianças com deficiências nas instituições de Educação Infantil (TOCANTINS, 2019, p. 19).

O Documento salienta a relevância da adaptação e/ou flexibilização do currículo de acordo com a cultura local, para que o mesmo consiga ser aplicado da melhor forma para um determinado grupo cultural.

Essa mudança na 'forma de pensar' implica numa mudança cultural, que na opinião de Beyer (2005), passa pelo projeto de um currículo diferenciado que promova a aprendizagem comum, sem deixar de lado as necessidades especiais. Isso significa um currículo flexível e adaptado, no qual seja possível estabelecer níveis de mediação diferenciados de acordo com a potencialidade de cada criança (TOCANTINS, 2019, p. 24).

O DCT (TOCANTINS, 2019) aborda a Educação Infantil em uma perspectiva de espaço de construção coletiva e democrática, em consonância com os pressupostos estabelecidos pela DCNEI (BRASIL, 2009) e pela BNCC (BRASIL, 2017), garantindo um atendimento educacional de qualidade, e norteando a elaboração, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas das instituições.

No que se refere a concepção de currículo as DCT (TOCANTINS, 2019) primam pela ação mediadora da instituição educacional, com ênfase em práticas que promovam o desenvolvimento integral das crianças; enfatiza a necessidade de articulação entre experiências e saberes infantis (considerando a presença de povos originários em todo o território) e valorizando conhecimentos e heranças culturais da região.

Observamos a presença da ênfase na necessidade de que o currículo das instituições de Educação Infantil seja elaborado e que sua implementação seja acompanhada de modo a promover a superação das estruturas e práticas derivadas de uma perspectiva rígida. Há, portanto, a defesa de uma proposta inovadora, contemplando contextos educativos que apresentam experiências variadas, tanto em termos de vivências, quanto em termos de aprendizagem.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estruturação da pesquisa baseou-se em vivências de estágio curricular realizado no âmbito das disciplinas Estágio da Educação Infantil 1 e 2, mas, devido a necessidade de delimitação do objeto de estudo, recorreremos às experiências da primeira disciplina, cujas atividades se concentraram na creche, que atende a crianças entre um ano e seis meses a três anos e seis meses de idade.

A abordagem pautou-se na perspectiva qualitativa, pautada no método indutivo, centrado na ideia de que, pela observação de um contexto, torna-se possível a teorização de premissas gerais que favorecem a aproximação do fenômeno estudado. Dessa forma, os dados que retratam um fenômeno na dimensão microsocial podem sofrer generalizações que favoreçam uma melhor compreensão das dimensões macrosociais, dada a similaridade das dinâmicas vividas pelos sujeitos.

Com base nos elementos citados considera-se a relevância do cuidado com o referencial teórico e com a aproximação metodológica da pesquisa. Para Minayo (2001) a metodologia inclui concepções teóricas de abordagem, contemplando um conjunto de técnicas que possibilitam uma construção interpretativa de um contexto social estudado. Assim, teoria e metodologia caminham juntas, sendo que a composição da última deve ser orientada por um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática.

Para atender ao objetivo central do estudo realizamos um estudo aprofundado em torno de três normativas que são definidas as seguintes categorias: criança, educação infantil, práticas pedagógicas e currículo. Estas que orientam o currículo para a Educação Infantil: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (BRASIL, 2017) e Documento Curricular do Tocantins (TOCANTINS, 2019). Nosso critério analítico foi orientado pela busca da identificação de como

Recorremos, ao longo de toda a vivência de estágio em Educação Infantil o registro de percepções, questionamentos, considerações, aprendizados e também de leituras em um diário de campo de estágio, que consideramos uma ferramenta vital para o aprendizado e para o desenvolvimento do profissional docente.

4 RESULTADOS E ANÁLISE

A construção deste artigo de conclusão de curso de graduação foi desenvolvida com base nas experiências das disciplinas de estágio da educação infantil. Dessa forma, ressaltamos a centralidade das atividades de estágio na formação crítico reflexiva de docentes, com base na correlação entre as experiências formativas desenvolvidas no âmbito da universidade e também aquelas realizadas nas escolas campo, aproximando teoria e prática.

A perspectiva que fundamentou as atividades de estágio curricular em educação infantil está alinhada àquelas apresentadas por Pimenta e Lima (2018), considerando que o desenvolvimento da formação docente no campo do estágio deve ser direcionado com o propósito de superar a concepção baseada na observação e imitação de modelos referenciados no regente das salas acompanhadas.

É fundamental a construção de formas de atuação profissional pautadas na articulação entre elementos conceituais e empíricos. Destacamos também a relevância da prática reflexiva, concretizada por meio de registros, pesquisas e estudos, norteadores da formação acadêmica, no que se refere a elaboração do roteiro das observações, além do planejamento e aplicação de regências de aula.

A imersão em campo de estágio orientada pelos princípios acima descritos nos indicaram que o aprendizado da prática profissional quase sempre envolve observar alguém, e o professor também passa por isso ao observar outros professores em seu espaço de atuação profissional, mas, para que seja uma atividade realmente formativa, o processo deve ser mediado pela reflexão, instrumentalizada por leituras e vivências acadêmicas. Logo percebemos o equívoco presente em falas comumente observadas, tanto entre acadêmicos quanto entre profissionais da educação, ao afirmarem que a prática profissional é algo totalmente diferente da teoria.

A construção de caminhos para superar essa visão dualista da formação e atuação docente foi mediada pela produção de um caderno de campo de estágio, no qual registramos nossas leituras, vivências em aulas de estágio no âmbito da universidade e também as experiências vividas nas escolas campo. A prática constante do registro nos incentivou a desenvolver o pensamento reflexivo e também nos direcionou a conectar as dimensões técnicas e práticas da atuação profissional do pedagogo, desde o planejamento de nossas atividades até o desenvolvimento de regências de aulas.

Aprendemos ao longo das etapas de estágio que

Observar não é um ato neutro que simplesmente reproduz a realidade. É, ao contrário, um ato interpretativo, que traduz intenções, concepções, valores, expectativas e

representações do observador que, ao documentar, revela o seu olhar, o seu pensamento, na documentação produzida (OSTETTO, 2018, p. 23).

Este exercício de reflexão somente é possível a partir de um senso crítico fundamentado nos estudos e pesquisas no campo da formação docente, realizados durante a graduação em Pedagogia, quando o aluno estagiário não tem este senso crítico estabelecido, que o permita questionar os modelos presentes no cotidiano escolar. Portanto, afirmações como "na prática a teoria é diferente", ainda que equivocadas, ganham força e são incorporadas nas concepções e nas práticas dos profissionais.

Identificamos que não há – tanto na esfera municipal, quanto no âmbito da escola campo – o planejamento de uma formação continuada direcionada aos docentes ao longo do ano letivo. Consideramos que essa formação, com abordagem de temáticas relacionadas às vivências docentes contribuem com o aprimoramento profissional e também com a melhoria da qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido.

Ademais, pudemos acompanhar que as rotinas diárias ainda apresentam predominância de atividades relacionadas ao cuidado em detrimento das práticas educativas, corroborando a ideia de que o viés assistencialista é um paradigma que ainda não foi superado no atendimento educacional, voltado a crianças de zero a três anos de idade.

Nos foi possível observar que os espaços institucionais não são inseridos no planejamento docente, o que, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) é uma necessidade, pois a criação de contextos educacionais estimula a exploração de materiais, as trocas entre as crianças e também promove interações e brincadeiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como principal objetivo discutir as práticas pedagógicas voltadas ao trabalho com crianças entre zero e três anos, tendo como referência as orientações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (BRASIL, 2017) e no Documento Curricular do Tocantins (TOCANTINS, 2019).

O recorte do tema derivou das experiências desenvolvidas nas disciplinas de Estágio da Educação Infantil 1 e 2 que integram o currículo do curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema. Ao longo das imersões nas escolas campo identificamos, por meio de observações de rotinas de atividades, diálogos estabelecidos com profissionais docentes e também observando a ausência de criação de contextos de aprendizagem nos diferentes espaços institucionais que, de um modo geral, os docentes não aplicam os elementos dispostos nas legislações voltadas ao delineamento do currículo para a Educação Infantil.

Além disso, nosso maior interesse em pesquisa e aprendizado concentrou-se no atendimento educacional direcionado a crianças entre zero e três anos e onze meses de idade, atendidas em creches. Pudemos então compreender que, apesar da garantia de direitos e da definição de como deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico, especificado em normativas tanto na esfera federal quanto na estadual e mesmo municipal, identificamos que a concepção de um trabalho orientado pelo predomínio da assistência ainda se faz presente, demandando um olhar e um plano de ação melhor elaborado, a fim de que as percepções e as práticas vigentes abram espaço a novas abordagens.

A tônica do estudo girou em torno do questionamento: quais concepções de criança, educação infantil e currículo norteiam as rotinas na creche? Nesse momento da pesquisa, após uma sequência de leituras, reflexões, observações, elaboração e aplicação de regência de aulas identificamos que há forte predomínio de percepções que definem a criança como alguém que não consegue realizar a contento as atividades (em oposição a visão de sujeito histórico e de direitos destacada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e pela própria Base Nacional Comum Curricular direcionada a esse segmento educacional).

A Educação Infantil, quando desenvolvida com crianças entre zero e três anos e onze meses ainda mantém em vários aspectos a prerrogativa de abrigo, cuidado e guarda para que os familiares possam exercer suas atividades profissionais. O trabalho pedagógico, por sua

vez, contempla somente atividades pontuais, diluídas em meio a uma ampla sequência de atividades direcionadas ao cuidado e a alimentação dos pequenos.

Não verificamos a composição de contextos de aprendizagem, envolvendo materiais criados e organizados pelos docentes, tanto dentro da sala, onde as crianças passam a maior parte do dia, quanto fora dela.

Os dados nos apontam a necessidade da elaboração de projetos de formação permanente para os profissionais docentes, o acompanhamento e orientação dos profissionais, desde o planejamento das atividades até a avaliação do que foi realizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei Federal Nº 9394, de 1996. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB Número 05, de 17 de dezembro de 2009. Brasília: Câmara da Educação Básica: Conselho Nacional de Educação, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Resolução CNE/CP Número 2, de 22 de dezembro de 2017. Brasília: Câmara de Educação Básica: Conselho Nacional de Educação, 2017.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KRAMER. (org.). **Retratos de um desafio: crianças e adultos na educação infantil**. São Paulo: Ática, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Registros na educação infantil: pesquisa e prática pedagógica**. Papirus Editora, 2018.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena.. Estágio e docência: diferentes concepções. In: **Poiesis Pedagógica**. Catalão (GO): Faculdade de Educação da Universidade Federal de Catalão, v. 3, n. 3 e 4, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23^a edição. São Paulo: Cortez, 2014.

SOUZA, Ana Paula Gestoso de et all. A escrita de diários na formação docente. In: **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.28, n. 1, p.181-210, mar. 2012.

SPADA, Ana Corina Machado. Processo de criação das primeiras creches brasileiras e seu impacto sobre a educação infantil de zero a três anos. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**. Garça (SP), v. 5, jan. 2005.

TOCANTINS. **Documento curricular da educação infantil e do ensino fundamental para o território do Tocantins**. Palmas (TO): Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 2019.